

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 11 de maio de 2001

Ano 3 Nº 57

AL inaugura "stand" na Expocentro de Curitibanos



Na abertura da exposição, às 20 horas, o deputado Agostini enalteceu a Prefeitura local por continuar o evento, realizado pela primeira vez em 1990. Destacou o setor pecuário como o ponto principal da Expocentro, sendo o que movimentava o maior volume econômico do encontro.



(foto Jonas Lemos Campos)

O presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), participou no início da noite desta quinta-feira (10) da abertura da Expocentro de Curitibanos, onde o Poder Legislativo mantém um stand com o objetivo de recepcionar as autoridades que irão visitar o evento. Além disso, será apresentado aos visitantes uma série de vídeos institucionais sobre a Assembléia e os 500 anos de descobrimento do Brasil, entre outros.

A Expocentro, que vai até o dia 13 do corrente, destina-se a expor ao público produtos comerciais, industriais e artesanais, bem como de gado, equinos, ovinos e alho. Também acontecerá a festa do peão boiadeiro, shows musicais com grupos locais e nacionais, além de remates de terneiros e terneiras.

Nesta sexta-feira, os membros da Co-

missão de Agricultura, que será presidida pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB), vão discutir com autoridades estaduais e federais do setor a febre aftosa que já atinge alguns municípios do Rio Grande do Sul que fazem fronteira com o Uruguai e a Argentina. Do debate sairá a posição oficial do Poder Legislativo catarinense sobre a questão.

Agricultores familiares na Capital

(foto Solon Soares)

Agricultores de todo o Estado encontraram-se esta semana na Capital e acamparam durante três dias no estacionamento do Legislativo para reivindicar ao Executivo um maior volume de recursos para financiamentos agrícolas, assistência técnica e pesquisa para o setor. Buscam também condições para industrialização e comercialização de seus produtos e anistia para o Crédito de Emergência contraído devido à estiagem na safra 95/96, cujo credor é o governo do Estado.

O crédito repassado a 40 mil



Romeu Both

famílias soma recursos na ordem de R\$ 20 milhões, oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e os produtores argumentam que a verba serviu apenas para manutenção familiar. As reivindicações aconteceram simultaneamente em Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

O representante da Federação dos Trabalhadores em Agricultura Familiar (Sintraf/região Sul), Romeu Both, explicou aos deputados a situação da agricultura familiar em Santa Catarina e os principais pontos defendidos.

(Proposições pág. 06)

OPINIÃO

Catadores de lixo lutam pela profissionalização



No dia 30 de abril uma das atividades que considero a mais gratificante nesses meus dois anos no Legislativo estadual: o seminário dos catadores de lixo, em Joinville, que nos mostrou a necessidade que eles têm de se organizar. Este trabalho é resultado do planejamento do gabinete, onde ficou determinado que nossa prioridade é com o meio ambiente, e as questões do lixo fazem parte desta iniciativa. Num país tão rico como o Brasil não se pode aceitar que milhares de pessoas, por falta de opção de trabalho, ainda precisem se submeter a catar lixo, e

eventos como este colaboram para o fortalecimento de alternativas cujo objetivo principal é diminuir a devastação social, consequência da política neoliberal.

Outro ponto relevante é lutar pela profissionalização desses trabalhadores. Hoje em Santa Catarina, devido à falta de uma organização, os catadores estão sendo explorados economicamente pelos atravessadores. Por isso, sem querer interferir diretamente nas decisões da categoria, damos todo o apoio necessário, através de nossa assessoria, para que eles se organizem e, quem sabe, a curto prazo, criem uma federação dos catadores no Estado, a exemplo do Rio Grande do Sul, onde, depois de organizados, os catadores conseguiram que seu trabalho fosse mais valorizado. Só para ter uma idéia, os catadores gaúchos conseguiram valorizar seus produtos cinco vezes mais do que antes da

criação das associações, o que mostra que quando se une esforços, é possível transformar a realidade e resgatar os direitos desses trabalhadores.

A classe dos catadores vem crescendo significativamente a cada dia em todo o Brasil, fruto do grande índice de desemprego que assola o país. Eles lançaram as sementes de uma economia informal, movida à base do desperdício da sociedade de consumo, e nos apontam para uma nova ecologia, trazendo-nos a possibilidade de repensar nossos hábitos consumistas. Por isso é inadmissível que em uma cidade no porte de Joinville, onde mais de mil pessoas trabalham nas ruas catando lixo, ainda não exista uma organização para melhorar a qualidade de vida dessa parcela da população.

A Igreja Católica está nos apoiando nessa luta. Durante o *Ano Eucarístico*, as pastorais, além do trabalho espiritual, darão uma ênfase maior ao trabalho social. Por isso os católicos de Joinville escolheram nossa iniciativa e, junto conosco, vão apoiar essa classe de trabalhadores, tão desprezada pela sociedade.

Nossa luta não pára por aqui. Vamos incentivar outros municípios do Estado para organizar suas associações. Com isso, os catadores vão perceber que, unidos, terão mais força para lutar e, conseqüentemente, melhorar sua qualidade de vida. Na primeira semana do mês de junho, estaremos em Brasília participando da *Marcha Nacional da População de Rua*, numa tentativa de mostrar que muito ainda precisa ser feito para que este conceito discriminatório diminua sobre esses trabalhadores.

Deputado Francisco de Assis(PT)

Um momento ímpar para o Brasil



O País assiste, incrédulo, a uma sucessão de denúncias de corrupção no âmbito nacional, e mal se acostuma com a divulgação de um fato, outro já desponta. E vê, surpreso, figurões da política nacional mudando da página política para a página policial, do dia para a noite. Tudo de um modo tão rápido que fica difícil para se assimilar. Se para nós, políticos, isso causa espanto, imaginemos o que não deve passar na mente do cidadão mais humilde.

Dessa sucessão de fatos escabrosos – violação do painel do Senado Federal, roubos bilionários na Sudam, Sudene, etc. –, ficam duas leituras, uma negativa, outra positiva. A negativa é fácil de deduzir: os fatos divulgados pela imprensa fazem com que o homem comum acabe colocando na mesma vala todos os políticos, os honestos e os pilantras. Ou seja, vamos pagar a conta todos nós.

A leitura positiva é que talvez jamais o Brasil expôs tão abertamente suas feridas profundas, que exigem tratamento eficaz e verdadeiro. Os bandidos de colarinho branco, os assaltantes chiques dos cofres públicos estão sendo desmascarados. É um processo dolorido encarar a verdade,

mas é o único meio de se expurgar esses malfetores da cena nacional.

Só assim, depurando-se, é que o País conseguirá assumir sua verdadeira identidade, fazendo valer sua imensa riqueza econômica e cultural e poder-se-á fazer as urgentes e inadiáveis reformas que permitirão a inclusão dos mais desfavorecidos no patamar da cidadania plena. O difícil momento que vivemos é, também, o momento ímpar da nossa realidade.

Felizmente, não há o nome de um só catarinense envolvido nessas tramas vergonhosas; nossos políticos em Brasília, independente da coloração partidária, têm mostrado lisura e respeito à coisa pública.

Em nível estadual, a constatação é a mesma. Depois de um período negro da sua história política, Santa Catarina, com o Governo de Amin, reassumiu sua cara verdadeira – isto é, a de um estado competente, honesto, de gente de qualidade e de muito brio, e que é modelo para todo o Brasil. A despeito de todo o esforço de alguns maus políticos que apostam no quanto pior, melhor, e que desejam desestabilizar a atual administração estadual com notícias mentirosas, o Estado vai muito bem, obrigado.

Ao contrário do que ocorre na esfera federal, Santa Catarina deixou a página policial e estabilizou-se na página política, de onde, se depender de nós e de nosso Governo, certamente jamais migrará novamente.

Deputado Nelson Goetten (PPB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)
1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PTB)
1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)
2º Secretário: Odete de Jesus (PL)
3º Secretário: Francisco de Assis (PT)
4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 221-2621
imprensa@ale.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli Livi, Stela Martins
Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose Mary Paz Padilha, Carlos Alberto Hinckel, com a colaboração dos assessores de bancadas
Revisão: Margareth Genovez
Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Solon Soares e Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

PRESIDÊNCIA

Agostini em defesa dos agentes prisionais

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Onofre Agostini (PFL), acompanhou nesta semana a comissão de agentes prisionais na audiência com o secretário de Justiça e Cidadania, Paulo Cezar Ramos de Oliveira. Os representantes da categoria reivindicaram ao secretário a incidência da gratificação de complementação salarial de 120% sobre as horas extras, como já foi concedido aos policiais civis e militares. Atualmente a gratificação para os agentes incide apenas sobre o vencimento.

Agostini apoia o pleito porque considera "extremamente digna e



Presidente Onofre Agostini

arriscada a missão de garantir a segurança interna dos presídios". Em todo o Estado existem mais de 250 agentes prisionais, dos quais cerca de quinze por cento são mulheres.

Aeroporto de Curitiba será ampliado

Onofre comemorou nesta quinta-feira (10) a tão esperada resposta sobre as obras de ampliação e melhoramento do aeroporto de Curitiba. Recebeu a confirmação do governador da assinatura do ato que o Departamento de Aviação Civil (DAC) do Rio de Janeiro precisava para iniciar as obras, que inclui a pavimentação da pista de pouso e decolagem.

Segundo ele, inúmeros foram os contatos mantidos com o Brigadeiro Juniti Saito, do Comando Aéreo de Canoas (Comar) e com o Major Brigadeiro do Ar, Venâncio Grossi, que informaram do interesse em executar a pavimentação asfáltica da pista. No entanto, para que isso ocorresse o Governador teria de informar a prioridade do referido aeroporto, para liberação de

recursos e posterior execução.

Agostini informou que o projeto foi desenvolvido pela municipalidade, contando com o apoio técnico, supervisão e orientação da gerência de Transportes Aeroviários da Secretaria de Transportes do Estado e já foi encaminhando ao Comar para análise e parecer final.

Cidadão

O presidente Onofre Agostini (PFL) receberá o Título de Cidadão Otaciliense, nesta sexta-feira na Câmara de Vereadores de Otacílio Costa. O deputado considera a homenagem uma retribuição ao trabalho que desempenha em benefício da comunidade catarinense, especialmente da região do Planalto Serrano.

Palestra em Videira

As funções e o funcionamento do Poder Legislativo catarinense serão tema de palestra do presidente Agostini aos estudantes do Curso de Direito da Universidade de Videira nesta sexta-feira (11), no auditório da Unoesc.

O deputado falará do papel do Parlamento, através do trabalho dos parlamentares, para o fortalecimento da democracia e para a manutenção ou a conquista de direitos que assegurem a liberdade de expressão e o bem viver das comunidades.

Abordará, ainda, a necessidade de aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade, enfatizando a disponibilização da informação, que, deste modo, deixa de ser propriedade de quem a produz e passa a ser processada por quem usa.

O presidente destacará a importância dos investimentos nos setores de comunicação da Casa, que conta com o jornal Notícias da Assembleia, com a TVAL, que leva, ao vivo, a atuação dos parlamentares a todo o Estado, e brevemente contará com a rádio digital, que possibilitará o acompanhamento de sessões plenárias via Internet.

Assembleia no VI Enial

A informatização das Câmaras de Vereadores de todo o país é tema do VI Encontro Nacional de Informática das Assembleias Legislativas (Enial), que reunirá representantes dos 27 Poderes Legislativos estaduais do País, de 3 a 5 de outubro próximo, na Assembleia catarinense.

O assunto foi apresentado ao presidente da Casa, deputado Onofre Agostini (PFL), nesta segunda-feira (7), pela comissão organizadora do Enial.

Segundo os coordenadores do evento, a preocupação com os municípios decorre da constatação de que a grande maioria não dispõe de estrutura mínima na área de informática para agilizar os trabalhos

e promover a conexão necessária com os Legislativos estaduais e Federais. O encontro busca a troca de informações, a modernização, o melhor aproveitamento e a divulgação do trabalho dos legisladores municipais.

Para estabelecer esta parceria, os coordenadores estão convidando as Casas Legislativas a apresentarem suas condições técnicas, visando fazer uma radiografia da situação e estabelecer padrões de qualidade. O trabalho vai começar por aqueles que já contam com estrutura de informática, considerando que os procedimentos são semelhantes, à exceção do regimento interno, que apresenta algumas variações.

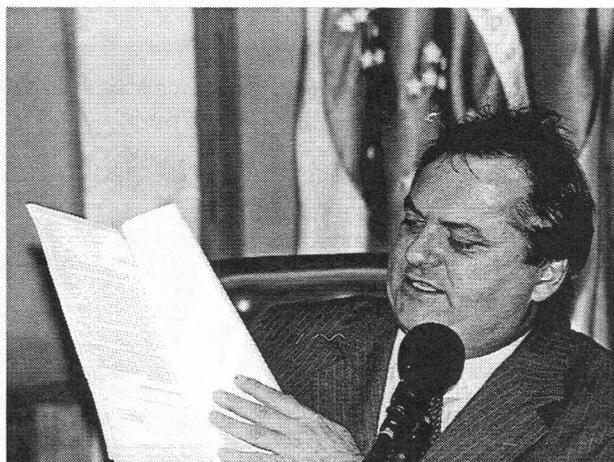
COMISSÕES

Denúncias de Dalmo Bozzano motivam CPI

O líder do PPB, deputado Milton Sander, vai encaminhar na próxima terça-feira (16), durante reunião semanal da bancada do partido, na Assembléia, o pedido de criação de uma CPI no futebol de Santa Catarina.

O parlamentar recebeu das ligas de futebol de várias regiões do Estado, e em particular do árbitro Dalmo Bozzano, pedido de averiguação profunda das denúncias de irregularidades no futebol catarinense. Junto com o pedido, Sander recebeu vários documentos que, segundo ele, são de conteúdo grave. "Minha posição pessoal é favorável à criação de uma CPI para apurar os fatos, mas só tomaremos uma decisão em bloco". Segundo o deputado, a região Oeste foi a mais prejudicada pela falta de critérios da Federação Catarinense de Futebol. "Já tivemos seis times na primeira divisão e hoje não temos nenhum", declarou.

Caso a bancada do PPB aprove a criação da CPI, Sander disse que pretende requerer sua instalação imediata.



(foto Solon Soares)

Dalmo Bozzano

CPI da CBF/Nike ouve dirigentes de federações do Sul do Brasil

Parlamentares que compõem a CPI da Câmara dos Deputados destinada a investigar o contrato da CBF com a Nike estiveram na Assembléia nesta segunda-feira (7) para ouvir depoimentos dos presidentes das federações de futebol dos três estados do Sul, além de outras pessoas ligadas ao esporte.

O primeiro a ser interrogado foi Emídio Perondi, presidente da Federação Gaúcha de Futebol (FGF), que, entre muitas dúvidas

pendentes sobre doações da CBF àquela entidade, disse não considerar ilegal a ajuda de R\$ 50 mil ao seu irmão Tarcísio, candidato a deputado federal.

Já Onaireves de Moura, presidente da Federação Paranaense de Futebol (FPF), declarou que a doação de R\$ 200 mil da CBF efetuada no ano 2000 foi considerada como empréstimo, que será pago no segundo semestre em virtude do início do campeonato brasileiro. Os parlamen-

tares consideraram estranho, pois na contabilidade da CBF o valor consta apenas como uma doação.

Sob a Federação Catarinense de Futebol (FCF) recaem irregularidades apontadas pela CPI, como o desvio de R\$ 250 mil, que o presidente Delfim de Pádua Peixoto não conseguiu explicar. O ex-árbitro de futebol, Dalmo Bozzano, apresentou aos deputados diversas denúncias contra o dirigente, que vão desde a falsificação de ingressos para jogos do campeonato regional até a apropriação de 14%, quando o legal são apenas 7% do faturamento de decisões do campeonato. Delfim apenas considerou mentirosas as afirmativas do ex-árbitro Bozzano.

Após seis horas de depoimentos, o presidente da CPI, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), declarou que, por conta das contradições, os depoimentos deixaram a desejar. "A audiência mostrou mais uma vez que as transações ilegais das Federações com a CBF não condizem com a grandeza do maior futebol do mundo".

Contador nega envolvimento com notas frias

O contador de Pomerode Jairo Medeiros da Silva, negou nesta terça-feira (8), durante depoimento na CPI que investiga denúncias de sonegação fiscal em Santa Catarina, presidida pela deputada Ideli Salvatti (PT), ter conhecimento antecipado de que existiam blocos de notas fiscais de empresas sediadas em Goiás e Rio Grande do Sul em seu escritório. Revelou que apenas depois que a fiscalização da Fazenda encontrou os documentos em seu escritório é que soube dos blocos.

Jairo também negou ter conhecimento de que pelos menos duas primeiras vias do bloco de notas da empresa goiana haviam sido preenchidas por André Bucí, seu funcionário. Explicou que as notas referentes à empresa de Goiás não

possuíam as primeiras vias e que as da empresa gaúcha não poderiam ser mais utilizados por serem bastante antigas.

Sobre os blocos fiscais da empresa Instaladora Gasparense, encontrados pelos fiscais em seu poder, garantiu que eram destinados ao consumidor final, não servindo para lançamento de crédito tributário. Os blocos estavam com ele desde que atuou como perito indicado pelo Judiciário no caso, quando a empresa entrou com um pedido de concordata preventiva.

Questionado pelos deputados Ronaldo Benedet (PMDB), Nelson Goetten (PPB), Rogério Mendonça (PMDB) e Julio Garcia (PFL), o contador mais uma vez negou ter conhecimento de que empresas como Dica Malhas, Aljotex, Brastiltext, Hattman, Traumatex, Rangel, entre outras, todas suas

clientes, utilizavam notas falsas em suas operações fiscais.

Finalmente, desmentiu parte do laudo elaborado por fiscais que o autuaram no dia 10 de abril passado referente à entrega dos documentos solicitados por eles.

Frente a todos estes fatos, a CPI decidiu solicitar ao Poder Judiciário, por intermédio da Procuradoria-Geral do Estado, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do depoente.

COMISSÕES

Substitutivo ao projeto das ações da Casan

Durante reunião extraordinária da Comissão de Finanças, realizada nesta quarta-feira (9), o presidente da Comissão, deputado Afrânio Boppré (PT), apresentou substitutivo global ao projeto de lei de origem governamental que autoriza a venda das ações da Casan subscritas pela Celesc.

De acordo com o substitutivo, a Celesc troca com a Casan as ações ordinárias que possui pela mesma quantidade de ações preferenciais (sem direito a voto), decorrentes de sua participação acionária na empresa. Mas a venda tem uma condição específica: o preço das ações deverá ser igual ou maior que o valor no momento da compra, ou seja, mais de R\$ 110 mi-



Parlamentares analisam proposta de Boppré

lhões. A emenda prevê, ainda, que o valor obtido com a venda das ações seja utilizado para pagar as dívidas da Celesc, obedecendo a uma ordem de prioridades preestabelecida.

Alegando que o projeto

sofreu alterações profundas em relação ao original, os deputados Gilmar Knaesel (PPB) e Heitor Sché (PFL)

fizeram pedido conjunto de vista, devendo apresentar o voto na reunião da próxima quarta-feira (16).

Ainda na semana que vem, Boppré acredita que a matéria será deliberada, com a possibilidade de aprovação do seu parecer, considerando que dos nove deputados da Comissão, cinco já se posicionaram favorável: Ronaldo Benedet (PMDB), Jaime Mantelli (PDT), Gelson Sorgato (PMDB), Rogério Mendonça (PMDB) e o próprio relator, que considera a emenda apresentada "uma solução inovadora" para o impasse gerado pela proposta original.

Comissões Temporárias Especiais Externas

Mais quatro novas Comissões Temporárias Especiais foram requeridas. A primeira, solicitada pelo deputado Manoel Mota (PMDB), composta de cinco membros, busca, no prazo de 90 dias, acompanhar a situação de presídios e casas de detenção de menores infratores em Santa Catarina.

Outra, tem como autor o deputado Jaime Duarte (PPS) e destina-se a fazer levantamento de dados em entidades, instituições e organizações da sociedade, com o objetivo de propor políticas públicas para diminuir desigualdades econômicas e sociais entre as regiões catarinenses.

Já o deputado Paulo Bornhausen (PFL) está pedindo a instalação de uma Comissão do Voluntariado, composta de quatro deputados, para acompanhamen-

to e desenvolvimento das atividades do Ano Internacional do Voluntariado, com prazo de atuação até 15 de dezembro deste ano.

Jorginho Mello (PSDB) está requerendo uma Comissão para visitar as 11 universidades beneficiadas pelo artigo 170 da Constituição do Estado, que prevê recursos para bolsas de estudo e crédito educativo, com o objetivo de averiguar as informações prestadas pelas fundações quanto à aplicação, destino e critérios de liberação desses recursos.

Além dessas Comissões requeridas, já se encontram instaladas outras três: a que objetiva a municipalização do porto de Imbituba, a que agiliza e acompanha a duplicação da BR-101/sul e a que trata da saúde mental no Estado.

Projetos dos servidores recebem substitutivos

A Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), discutiu nesta terça-feira (8) os dois projetos de lei de origem governamental relacionados diretamente aos servidores estaduais. Na semana passada, eles foram debatidos durante audiência pública requerida pela deputada Ideli Salvati (PT).

O projeto que cria o instituto da redistribuição trata do deslocamento do servidor do Poder Executivo de um quadro de pessoal para outro, independente da vontade do servidor. Recebeu substitutivo global do deputado João Henrique Blasi (PMDB), que propôs o uso do modelo adotado na sistemática federal. "A criação do instituto da redistribuição deve ocorrer através da modificação do estatuto dos servidores públicos estaduais, para nele inserilo, em vez de tratá-lo em lei esparsa". O parlamentar entende, ainda, que é recomen-

dável que o instituto jurídico tenha aplicabilidade aos três Poderes.

Outra discussão foi sobre o projeto que desvincula o Estado do Pasep, instituído em 1970. Com a Constituição Federal de 1988, os recursos do Pasep no Estado, cerca de R\$ 24 milhões anuais, passaram a ser destinados para programas federais, como financiamento do seguro-desemprego, sem benefícios para o servidor catarinense. Pelo substitutivo global apresentado pela deputada Ideli, com a desvinculação do Pasep, o Estado concederá abono anual, a ser pago no mês de aniversário de cada servidor público ativo com cinco anos de serviço e do inativo de toda a administração pública.

Os dois projetos agora serão relatados pelo deputado Ivan Ranzolin (PPB) e novamente debatidos na reunião da Comissão de Justiça, na próxima terça-feira (15).

PLENÁRIO

“Capital Catarinense dos Esportes Radicais”

(foto Solon Soares)

Iniciativa vai aumentar geração de empregos e incrementar a economia

O município de Rio do Sul pode ser reconhecido nacionalmente como a “Capital Catarinense dos Esportes Radicais”. A proposta foi encaminhada em forma de projeto de lei pelo deputado estadual Afrânio Boppé (PT) na semana passada, na Assembléia.

O parlamentar explica a iniciativa lembrando que o município tem uma geografia que favorece a prática dos esportes radicais, e essas características



Deputado Afrânio Boppé

visitados estão o Pico da Bandeira, no bairro Boa Vista, o ponto mais alto do município, com 675 metros de altura. Procurado para saltos de vôo livre e parapente, o local

têm atraído anualmente milhares de turistas. Com a concessão do título, o município se transformará em uma referência para os esportistas e, conseqüentemente, para a realização de campeonatos.

As opções para a prática de esportes radicais em Rio do Sul estão espalhadas em vários locais. Entre os mais

recebeu na última temporada de verão cerca de 2 mil turistas. Quem gosta de aventuras mais radicais pode procurar a Cachoeira da Magia, no bairro Alto Bela Aliança, para a prática do *canyoning*, o esporte pelo qual os atletas descem os paredões de cachoeiras sem nenhum tipo de embarcação. Os adeptos do *trekking* - as longas caminhadas por acessos difíceis -, têm a opção das trilhas existentes no bairro Fundo Canoas.

Afrânio lembra que Rio do Sul não precisará investir em infra-estrutura, como a construção de pistas e quadras para a prática dos esportes radicais. “A própria natureza é a infra-estrutura deste tipo de esporte, em que a aventura é a palavra de ordem. O projeto é uma iniciativa simples que vai gerar um grande retorno para a economia de Rio do Sul e de todas as cidades vizinhas”, enfatiza Afrânio.

Anistia e crédito para agricultura familiar

Parlamentares recorrem às autoridades federais para que reavalie as normas do Pronaf e priorize políticas públicas para o setor

Buscando atender as reivindicações do Movimento Frente Sul de Agricultura Familiar, cujos representantes de todo o Estado acamparam nesta semana no estacionamento da Assembléia, vários deputados apresentaram proposições em Plenário.

Pronaf - A reavaliação das normas do Pronaf com a adequação às necessidades dos agricultores está sendo solicitada pelos deputados Gelson Sorgato e Moacir Sopelsa (PMDB) ao Presidente da República, ao ministro da Agricultura e à bancada catarinense no Congresso Naci-

onal. Justificam que os pedidos de financiamentos dos agricultores na linha do Pronaf têm demonstrado deficiências de natureza operacional, notadamente pelo fato de as normas destinadas aos mutuários do Banco da Terra serem inadequadas.

Os deputados explicam que a agricultura familiar vive um dos piores momentos de sua história. Os recursos do Pronaf são insuficientes e não chegam às famílias mais pobres, não havendo acesso do pequeno produtor ao crédito nos bancos.

“Falta uma linha de crédito especial para construção de moradias rurais para fixar os jovens no campo, inexistente assistência técnica para as pequenas propriedades, a comercialização dos produtos artesanais elaborados na pequena propriedade esbarra na legislação vigente e é preciso dar mais atenção à agroecologia, pois produtos livres de agrotóxicos estão se tornando uma exigência do mercado”, justificam.

Por sua vez, a representação do Partido dos Trabalhadores encaminhou mensagem ao ministro da Reforma Agrária pedindo prioridade nas políticas públicas para atender a agricultura familiar. Explicam que é preciso dar a contrapartida aos esforços dos agricultores para que continuem produzindo e dando sua contribuição para a estabilidade econômica e a redução dos custos dos alimentos no País.

Anistia - Sorgato e Herneus de Nadal (PMDB), com apoio de vários outros parlamentares, também solicitaram ao presidente da Assembléia a tramitação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 67.3/01, que “dispõe sobre a concessão de anistia aos produtores rurais do total das dívidas provenientes do crédito de emergência”.

Projeto para proibir transgênicos

Em meio ao atual debate sobre a produção e a comercialização de produtos geneticamente modificados, o deputado Ronaldo Benedet (PMDB) apresentou projeto de lei proibindo a utilização desses como merenda escolar. “Ainda não há comprovação de que estes produtos não apresentam riscos futuros à saúde da população. Em muitos países, inclusive no Brasil, há sérias restrições quanto ao consumo”, afirma o autor da proposta.

Caso o projeto venha ser aprovado, estes alimentos não poderão ser distribuídos aos alunos da rede estadual de ensino. Benedet, que preside a Comissão de Saúde, justifica que o Executivo precisa, de alguma forma, proteger seus alunos e garantir uma alimentação saudável e de qualidade.

Processos contra prefeitos

Pedido de informação de autoria da deputada Ideli Salvatti (PT) ao procurador-geral do Estado indaga sobre os processos e inquéritos criminais contra prefeitos e ex-prefeitos, que tramitam atualmente na Procuradoria-Geral do Estado. Quer saber quantos processos e inquéritos criminais estão em tramitação e a especificação de cada um, desde a data de entrada.

Controle da natalidade

Pedido de informação de autoria do deputado Cesar Souza (PFL) ao secretário da Saúde indaga sobre o descumprimento da Lei nº 10.309, de 26 de dezembro de 1996, que instituiu a gratuidade para a realização de laqueadura tubária e vasectomia nos hospitais e maternidades públicas estaduais ou conveniados com o Sistema Único de Saúde – SUS.

Segundo o parlamentar, “sabe-se que o atendimento nesses casos está sendo feito

mediante pagamento pelo interessado. Mas grande parte das pessoas que necessitam dessas intervenções cirúrgicas são da classe menos favorecida e não têm condições de pagar. São justamente as que mais precisam dos benefícios de controle da natalidade e do planejamento familiar. Se existe uma lei estadual que garante a gratuidade dos procedimentos, quero esclarecimentos quanto aos motivos de ela não estar sendo cumprida”, disse.

Medicamentos para diabéticos

Medidas urgentes no sentido de atender as necessidades dos diabéticos residentes no Estado estão sendo solicitadas através de indicação do deputado João Rosa (PTB) ao governador e ao secretário da Saúde. O parlamentar alerta que não podem faltar nos hospitais e nos postos de saúde medicamentos e materiais utilizados pelos portadores da doença para o seu controle.

“O diabetes é uma doença que atinge milhares de catarinenses, que precisam de medicamentos constantemente para conter a taxa de glicose. A falta desses produtos específicos, comumente verificada nas unidades de saúde, pode trazer como consequência danos irreversíveis aos diabéticos. Daí por que apelamos às autoridades providências nesse sentido”, disse João Rosa.

Código Florestal

É do deputado Ronaldo Benedet (PMDB) a solicitação à bancada catarinense e às lideranças dos partidos no Congresso Nacional para que votem contra a proposta de mudança do Código Florestal Brasileiro. Segundo Benedet, é preciso defender a Mata Atlântica, a Floresta Amazônica e outras áreas de mata nativa, que se constituem em patrimônio nacional e são vitais ao ambiente ecologicamente equilibrado.

Deter

A manutenção de escritório do Deter em Itajaí, por ser cidade-pólo da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri), e a instalação de outro em Navegantes foram solicitadas pelo deputado Volnei Morastoni (PT) ao secretário dos Transportes e Obras e ao diretor do Deter. Explica que, no caso de Navegantes o escritório irá facilitar a distribuição dos passes livres aos usuários do *ferry-boat*, que atende mais de quatro mil pessoas por mês.

Proposições

Deputado João Rosa (PTB) ao governador do Estado no sentido de ser destinado serviço de telefonia celular ao município de Riqueza.

Deputado Antônio Aguiar (PFL) ao secretário da Saúde solicitando a doação de um aparelho de raios X para o Hospital Municipal Bom Jesus, em Irineópolis.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao chefe do DNER/SC pedindo a implantação de uma rótula na BR-101, localidade de Sanga da Toca, em Araranguá.

Deputado Onofre Agostini (PFL) requerendo a realização de sessão solene na Assembléia para o dia 2 de julho próximo, para comemorar o Dia dos Bombeiros.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB) ao secretário da Saúde solicitando o fornecimento de uma ambulância para o município de Coronel Martins.

Deputada Ideli Salvatti (PT) ao ministro da Educação e autoridades em Brasília apelando para a manutenção do Programa Especial de Treinamento (PET), com garantia da dotação orçamentária para o exercício de 2001 e nos termos do Manual das Orientações Básicas de 1995.

Deputado Ivan Ranzolin (PPB) requerendo sessão solene em homenagem aos 15 anos do Diário Catarinense, comemorados no último dia 5 de maio.

Deputado Adelor Vieira (PMDB) ao superintendente da TIM Telesc Celular solicitando a instalação de antenas de telefonia celular em Catanduvas e Vargem Bonita.

Deputado Romildo Titon (PMDB) ao superintendente da TIM Telesc Celular pedindo providências para instalação de sistema de telefonia celular em Anita Garibaldi, Celso Ramos e Cerro Negro.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de Santa Rosa de Lima e Maracajá cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação político-administrativa.

Deputado Narcizo Parisotto (sem partido) aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de Correia Pinto e Biguaçu cumprimentando-os pelo aniversário de emancipação política.

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) aos integrantes da bancada catarinense em Brasília pedindo apoio ao projeto de contribuição e acesso aos benefícios previdenciários dos trabalhadores rurais no regime geral da Previdência Social, em tramitação no Congresso Nacional.

Deputado César Souza (PFL) ao CDL de Brusque cumprimentando-o pela iniciativa de colocar placas indicando a existência de radares eletrônicos, os chamados pardais, ao longo das rodovias Antônio Heil e Ivo Silveira, que dão acesso ao município.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao secretário da Agricultura solicitando a concessão de retroescavadeira e trator de esteira para a Casa Familiar Rural de Quilombo.

Deputado Volnei Morastoni (PT) à bancada catarinense no Congresso Nacional solicitando especial empenho no andamento e na aprovação do Projeto de Lei nº 3384/00, que, entre outras providências, cria a 3ª Vara do Trabalho de Itajaí.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao governador do Estado sugerindo a realização de estudos de viabilidade de isenção do ICMS às prefeituras municipais que adquirirem veículos automotores, máquinas rodoviárias e agrícolas, entre outros equipamentos.

Deputado Sandro Tarzan (PTB) ao superintendente da TIM Telesc Celular, pedindo a implantação de uma torre de recepção do sinal de telefonia celular em Quilombo.

ESPECIAL

Assembléia homenageia ex-combatentes da FEB

(fotos Jonas Lemos Campos)

**Lançamentos
de obras
marcam a
passagem do
Dia da
Vitória, 8 de
maio de
1945**

Por proposição de seu presidente, deputado Onofre Santo Agostini (PFL), a Assembléia realizou nesta semana uma sessão solene para homenagear os ex-combatentes catarinenses da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e para comemorar os 56 anos do término da 2ª Guerra Mundial. Na oportunidade, os ex-combatentes Nilson Vasco Gondin e José Edgar Eckert lançaram, respectivamente, seus livros “*Liberdade escrita com sangue*” e “*Memórias de um ex-combatente*”, que relatam as vivências dos autores na guerra.

O deputado Herneus de Nadal (PMDB) destacou a participação dos catarinenses no conflito e enalteceu a coragem daqueles que lutaram na Europa contra os



Ex-combatentes autografam obras

soldados alemães. “Devemos cultuar os valores dos ex-combatentes que proporcionaram a volta da democracia e do estado de direito”, comentou.

O presidente da Associação dos ex-Combatentes de Florianópolis, Gilberto Nahas, lembrou que a 2ª Guerra foi o mais cruel, injusto e desumano conflito da história recente, e Nilson Gondin frisou a participação expressiva do Brasil no combate contra as tropas alemãs

na Itália, especialmente nas batalhas de Monte Castelo, Montese, Gaiano e Vanella.

Coube a José Edgar Eckert fazer um breve relato da participação dos soldados brasileiros na Itália. Dos 25.422 soldados que embarcaram, 478 morreram em combate, 2.422 foram feridos, 35 aprisionados e 16 desapareceram.

O presidente Onofre ressaltou que a vitória das tropas aliadas representou o retorno da paz e da compreensão entre os seres humanos. “Hoje temos democracia com liberdade, graças àqueles que lutaram para garantir estes direitos inerentes a todos os homens”, ressaltou.



Presidente Onofre Agostini

Agenda

Dia 11, às 14h30min – audiência pública da Comissão de Agricultura da Assembléia sobre *As implicações sócio-econômicas que a febre aftosa pode trazer para SC e para o País*, tendo como palestrante Luiz Carlos de Oliveira, do Ministério da Agricultura.

Local: Expocentro em Curitibaanos

Dia 11, às 14h – visita da Comissão Especial Externa da Saúde Mental à ala psiquiátrica do Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Local: Joinville

Dia 14, às 15h – sessão especial para debater com a Comissão Especial para Assuntos da Previdência o achatamento dos valores dos benefícios para pagar os aposentados e pensionistas do Estado, proposição dos deputados Adelor Vieira e Manoel Mota (PMDB).

Local: Plenário

Dia 14, às 20h – sessão solene em comemoração ao centenário da Editora Vozes, requerida pelo deputado Antônio Aguiar (PFL).

Local: Plenário

Dia 15, às 10h – visita da Comissão de Saúde às dependências do Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Local: Bairro Agronômica

Dia 15, às 16h30min – depoimento à CPI da Sonegação de Divair Krautchychyn, gerente regional da fiscalização da Secretaria da Fazenda em Mafra.

Local: Sala da CPI

Dia 16, às 9h30min – reunião da Comissão de Saúde para debater assuntos relacionados à visita ao Hospital Infantil Joana de Gusmão.

Local: Sala das Comissões

Dia 16, às 10h – depoimento à CPI da Sonegação de Eldo Castelo Umbelino, proprietário da Nilcatex Confecções Ltda.

Local: Sala da CPI